

Contando com a sorte



A decisão dos vereadores em transferir as despesas ficou para a próxima semana

O orçamento terá mais verba com o reajuste do IPTU, mas ainda depende muito dos repasses da União

Elis Verri

Com a aprovação do reajuste do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) pelo Tribunal de Justiça, na noite de quarta-feira, 26, os vereadores de São Paulo têm um problema a menos – ou uma solução a mais – para a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2015.

Isso porque o reajuste garantirá à prefeitura a arrecadação de R\$ 789 milhões extras em 2015.

A jogada às cegas do Executivo, que condicionou parte de seu orçamento a essa projeção de receita e distribuiu entre os setores, gerou questionamentos na Câmara. Na última semana, por exemplo, o relator da LOA para o município, Ricardo Nunes (PMDB), questionou o porquê de boa parte dos recursos estar alocada na “fonte 07” – a verba projetada de arrecadação do IPTU, caso reajustado.

Ele optou, então, por transferir esses gastos para a “fonte 00” – logo, fontes do Tesouro Municipal. Seu parecer foi apresentado durante sessão, na terça-feira, 25, porém não foi aprovado pelos outros vereadores, pois preferiram aguardar a decisão da Justiça. A resposta deve vir na semana que vem.

Mais na cidade

Até que ocorra o julgamento de recursos, se houver, o aumento do IPTU poderá ser aplicado em até 20% para imóveis residenciais e 35% para os comerciais. O reajuste do imposto estava travado desde dezembro do ano passado, por uma liminar que impediu a atualização da PFV (Planta Genérica de Valores).

O aumento, contudo, não será retroativo, conforme decisão do prefeito Fernando Haddad (PT). O reajuste virá no próximo ano, corrigido conforme o índice de valorização dos imóveis.

Quanto ao orçamento, a perspectiva é de que o valor a mais ajude a elevar os investimentos na área de Habitação, Mobilidade, Saúde e Drenagem, entre outras. Cabe agora, a base dos partidos aliados ao prefeito se mobilizar para defender a distribuição entre as pastas.

Repasses federais

Apesar da polêmica do IPTU ter pairado sobre os futuros gastos da gestão, essa não é a única incógnita levantada em Plenário. “O que mais me chama a atenção é a insistência da prefeitura em contar com recursos do governo federal para suas ações mesmo tendo pleno conhecimento do sucesso da União em fechar suas contas. Uma ínfima parcela desses recursos veio este ano e esse fraquíssimo repasse federal deve se repetir em 2015. Se vier”, diz o vereador Aurélio Nomura (PSDB), membro da Comissão de Finanças do Legislativo.

A chamada “fonte 02” prevê R\$ 4,4 bilhões de transferências de recursos federais para projetos – um crescimento de quase 50% no período de dois anos, conforme informado pelo Executivo. Ao encaminhar o projeto para a Câmara, o secretário municipal de Finanças, Marcos Cruz, afirmou que “já tem muita coisa assinada” e que é uma “questão de tempo” para os projetos se concretizarem em São Paulo.

Apesar disso, Nomura rebate, dizendo que em 2014, menos de 10% do que foi estimado dessa fonte, veio de fato do governo federal. “De onde vem a certeza de que a prefeitura receberá esse montante se o próprio governo federal está com problema de caixa e não há perspectiva de que essa situação vá melhorar?”, questiona.

“De onde vem a certeza de que a prefeitura receberá esse montante?”, questiona Nomura

Conta para a prefeitura



A **Árvore de Natal do Parque Ibirapuera**, que por doze anos foi patrocinada pelo Banco Santander, agora passará para a conta da prefeitura. Os custos serão arcados pela gestão Fernando Haddad (PT), que sem patrocinador, abriu licitação para a contratação de empresa

especializada na montagem da estrutura - de, pelo menos, 54 metros de altura. O valor, porém, ainda não foi divulgado. As propostas serão abertas hoje, sexta-feira, 28, e a vencedora terá que correr contra o tempo, visto que tudo deve estar pronto até o dia 13 de dezembro.

Lei sancionada

A lei que alivia os estados e municípios endividados foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff (PT). O projeto altera o índice de correção das dívidas com a União, possibilitando que governadores e prefeitos adquiram novos empréstimos e ampliem seus investimentos. Dilma não vetou o dispositivo que permite que as dívidas contraídas antes de 2013 sejam recalculadas retroativamente. A capital paulista deve R\$ 62 bilhões à União, e será a maior beneficiada pela Lei. Conforme projeções da prefeitura, o débito será reduzido para R\$ 36 bilhões.

Audiência para iluminação

Em 5 de dezembro, a prefeitura de São Paulo realizará audiência pública para apresentar o modelo da PPP (Parceria Público-Privada) da iluminação pública. Entre as intervenções propostas está a substituição de lâmpadas de vapor de sódio de cerca de 580 mil pontos de luz por luminárias LED, ou de tecnologia melhor e mais econômica. O encontro será no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Rua Genebra, 25 - Centro), das 10 às 12 horas.

Turismo na capital



Nesta semana, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de São Paulo deu parecer favorável ao Projeto de Lei que cria o programa Mais Turismo. O texto propõe uma linha especial de ônibus durante os finais de semana para os principais pontos turísticos do município no centro - como o Pátio do Colégio, o Mercado Municipal, Teatro Municipal, Câmara Municipal, Estação da Luz e o Museu da Língua Portuguesa -, e na zona Sul - Parque Ibirapuera, aeroporto de Congonhas e o Autódromo de Interlagos. Conforme projeto, o acesso aos visitantes será gratuito.

Moradia na zona Sul



Foi permitida a construção de 3,5 mil moradias populares em parte do terreno onde está a ocupação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), batizado de Nova Palestina. A autorização veio após o prefeito Fernando Haddad (PT) alterar o decreto de 2010 para permitir as intervenções na região da Estrada do M'Boi Mirim. O terreno localiza-se às margens da Represa Guarapiranga, e tem mais de 1 milhão de metros quadrados. Um total de 30% dele será destinado às famílias, enquanto que 70% serão destinados à área verde.